

----- ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS: -----

----- Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se no Auditório da Biblioteca José Saramago, em Odemira a primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Maria Manuela Gonçalves Moreira (Primeira Secretária), secretariada pelo Senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Segundo Secretário) e convocada pela Senhora Ana Maria de Oliveira Aleixo, Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação da Ata da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, realizada no dia 09 de dezembro de 2022: -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente. -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- a) Apresentação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ em 2022. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** 2ª Alteração Orçamental 2023: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto dois:** Acordos de Transferência – Gestão de Património Imobiliário Público sem Utilização – Ministério da Educação: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto três:** Acordos de Transferência – Gestão de Património Imobiliário Público sem Utilização – Instituto da Conservação da Natureza e das florestas (ICNF): apreciação e deliberação. -----

24-02-2023

-----**Ponto quatro:** Alteração ao Contrato N.º. 116/22/CA/IPP – Contrato de subconcessão de uso privativo de um conjunto de edificado na Estação Ferroviária de Amoreiras-Gare, entre os KMS 226,470 e 226, 510 LE da Linha Sul, a celebrar entre o IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Odemira: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto cinco:** Acordo de Execução para a Construção do Parque de Feiras e Exposições de Colos: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto seis:** 2ª Adenda ao Acordo de Gestão do “Centro Social e Cultural do Brejão” entre o Município de Odemira e a Associação Cultural e de Desenvolvimento Económico do Brejão: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto sete:** Gestão dos Recursos Humanos em função do Mapa de Pessoal: Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto oito:** Gestão dos Recursos Humanos em função do Mapa de Pessoal: Recolha de parecer prévio vinculativo – Constituição do Júri dos Procedimentos Concurrais para provimento de cargos de direção intermédia de 2º Grau: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto nove:** Alteração do Regulamento Municipal de Melhorias Habitacionais: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto dez:** Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio ao Arrendamento: Aprovação Definitiva: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto onze:** Alteração ao Regulamento para Cartão Social Municipal: Aprovação Definitiva: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto doze:** Regulamento do Programa Odemira Criativa: Aprovação Definitiva: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto treze:** Regulamento do Prémio de Reabilitação Urbana do Município de Odemira: Aprovação Definitiva: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto catorze:** Regulamento de Apoio ao Associativismo Empresarial: apreciação e

deliberação. -----

----- **Ponto quinze:** Proposta de Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto dezasseis:** Normas de Funcionamento da FACECO 2023: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto dezassete:** Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território de Odemira: a) Aprovação do Relatório de ponderação da discussão pública; b) Aprovação da versão final: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto dezoito:** Acordos para a Gestão de Resíduos Urbanos: Recolhas Especiais: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto dezanove:** Contrato para a Exploração do Serviço Público de Transporte de Passageiros no Alentejo Litoral: apreciação e deliberação. -----

----- **Ponto vinte:** Cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: apreciação. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

----- Compareceram a esta reunião trinta e três Membros, a saber: Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Ana Paula Marques Pereira, António Manuel Viana Afonso, António Paulo Correia Maeiro, Daniel Sobral Balinhas, Dário Filipe Conceição Guerreiro, Dinis Manuel Campos Nobre, Fátima do Nascimento Cabeleira Teixeira, Fernanda Isabel Ramos Guerreiro de Almeida, Fernando Manuel da Conceição Guerreiro, Fernando Manuel Martins da Silva Peixeiro, Francisco António Caetano Lampreia, Inês Filipa Lebres Hilário, João Palma Quaresma, João Pedro da Silva Cruz, José Manel Francisco da Silva, Leonel Custódio Ferreira, Manuel de Jesus Campos, Manuel Pedro Gonzalez Fontinhas Lameira Serralha, Marcelo do Carmo Pacheco da Silva, Maria da Glória das Neves Gonçalves Pacheco, Maria Manuela Gonçalves Moreira, Maria Teresa Marques Nabais, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa

24-02-2023

Bárbara, Miguel Alexandre Vasconcelos Lourenço, Miguel Forte Prista Monteiro, Nuno Góis da Costa Nogueira, Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, Raquel Maria da Glória Guerreiro, Rita do Carmo Fortunata Balbino Freitas Costa, Rodrigo António Penetra Zacarias, Sónia Cristina Dias Marques Encarnação e Teresa Alexandra Pereira Bernardino. E não esteve presente na referida sessão: Vera Lúcia Montes Raposo. -----

-----A Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal deu as boas-vindas: -----

----- - à Senhora Fátima do Nascimento Cabeleira Teixeira que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir o Senhor Ventura José Crujo Ramalho, eleito pelo Bloco de Esquerda; -----

----- - ao Senhor Rodrigo António Penetra Zacarias que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Joana da Silva Guerreiro Gregório, eleita pelo Partido Socialista; -----

----- - à Senhora Maria Teresa Marques da Silva Nabais que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Luísa Maria Vilão Palma, eleita pela Coligação Democrática Unitária; -----

----- - à Senhora Raquel Maria da Glória Guerreiro que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Sofia Marisa da Costa,

eleita pelo Partido Socialista;-----

----- - ao Senhor José Manuel Francisco da Silva que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir o Senhor Ricardo Jorge Ruas Cesário, eleito pela Coligação Democrática Unitária; -----

----- - à Senhora Sónia Cristina Dias Marques Encarnação que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Ana Maria de Oliveira Aleixo, eleita pelo Partido Socialista; -----

----- - à Senhora Rita do Carmo Fortunata Balbino Freitas Costa que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Tânia Cristina Guerreiro Neves, eleita pelo Partido Socialista;-----

----- - ao Senhor Leonel Custódio Ferreira, Secretário da Junta de Freguesia de Colos, que se encontrava a substituir o Senhor Manuel de Matos Sobral Penedo, Presidente daquela Junta de Freguesia; -----

----- Confirmando-se o quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes: Helder António Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Raquel Alexandra Lourenço Vicente e Silva, Pedro Miguel Viana Rebelo Ramos, e Isabel Vieira da Silva Palma Raposo, Vereador(as) eleito(a) pelo Partido Socialista e, Luís

24-02-2023

Carlos Lima Cardoso, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

-----Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores, verificou-se que não se registaram faltas injustificadas na sessão ordinária de dezembro, realizada no dia nove de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois; bem como, na Quarta reunião do Grupo de Trabalho Temático da Saúde, realizada no dia sete de fevereiro do corrente ano e na Segunda reunião do Grupo de Trabalho Para Análise do Estado das Estradas no Concelho de Odemira, realizada no dia dez de fevereiro do corrente ano. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

-----Neste Período da Ordem de Trabalhos registaram-se as intervenções do(a)s seguintes munícipes: -----

-----1. O Senhor Sérgio Flores, em representação do Grupo de Professores do Manifesto “Educação para o Futuro”, fez a seguinte intervenção: “Não se poderá falar de futuro sem falar de Educação sendo esta o garante da formação de cidadãos ativos, responsáveis e livres e consequentemente da construção de um país melhor. A Escola tem um papel fundamental na educação dos nossos jovens e a Escola faz-se de alunos, de profissionais de educação e de condições materiais, mas também de políticas educativas que façam do todo mais do que a soma das partes. -----

-----Nos momentos de contestação, em que todos os desafios parecem demasiado grandes para que possam ser resolvidos, importa perceber que problemas existem à nossa escala e de que forma podemos contribuir para os resolver. De entre todos os desafios na ordem do dia, podemos destacar quatro: -----

-----A falta de atratividade da carreira docente e a de outros técnicos superiores. -----

-----O impacto no concelho de Odemira já é notório e agravar-se-á nos próximos anos. A falta e custo da habitação no concelho amplia o problema. Não será possível abraçar o desafio e contribuir para uma solução local? -----

24-02-2023

----- Condições materiais e de funcionamento das escolas públicas. -----

----- Esta falta de condições sente-se desde a climatização dos espaços até ao equipamento de laboratórios. Desde espaços para a prática desportiva autónoma até ao equipamento e mobiliário nas salas de aula e material didático atualizado. Desde a inexistência de espaços equipados para os professores trabalharem até a espaços para alunos. Este desafio não seria possível abraçar? -----

----- Insuficiência de técnicos especializados. -----

----- Quem está na Escola sabe que, mesmo que dentro dos rácios nacionais, o número de técnicos é insuficiente. O que localmente podemos fazer? -----

----- - Integração de alunos sem proficiência na língua portuguesa. -----

----- Este é um desafio que existe no território local e que a Escola procura dar resposta. Encarar de frente o problema, estarmos unidos (cidadãos, profissionais de educação, poder político, instituições e organizações locais) para o resolver nas múltiplas vertentes não seria possível? -----

----- Pelo exposto, os cidadãos do concelho de Odemira, abaixo assinados, convictos que a boa qualidade da escola pública é imprescindível para assegurar o futuro dos jovens do território do Litoral Alentejano e mesmo de todo o país, entendem que tudo deve ser feito para proporcionar às escolas as melhores condições materiais e técnicas de funcionamento, mas sobretudo para tratar com dignidade, respeito e justiça, todos os que nelas trabalham diariamente.-----

----- Sabemos que, para que os melhores dos nossos jovens venham a ser os professores das próximas gerações, é indispensável prestigiar a função docente, o que inclui igualmente uma valorização das condições de trabalho do pessoal não docente, técnicos superiores e especializados, assistentes operacionais, que sustentam o quotidiano da escola pública. -----

----- Solicitamos assim à Assembleia Municipal de Odemira que delibere apoiar os

24-02-2023

subscritores deste texto, apoiando as suas pretensões a uma escola pública de qualidade, e que se comprometa unir esforços para a dignificação da educação, a bem do futuro do concelho de Odemira e do país.”.-----

-----2. O Senhor Arménio Simão, residente em Pereiras-Gare, na sua intervenção referiu o seguinte: “Como nota prévia eu diria que este tema que eu trago aqui já não é novo, já foi apresentado noutra oportunidade ao Senhor Presidente e simplesmente as respostas que foram dadas não foram convincentes nem tiveram resultados práticos e por isso faz todo o sentido voltar a colocar aqui a questão. Na sessão de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte dois eu coloquei ao Senhor Presidente três questões, duas que se prendiam com a rede rodoviária e uma que se prendia com o setor da educação. No que respeita às questões da rede viária, uma tinha a ver com a estrada que liga Santa Clara, Cortes Pereiras, Corte Brique que vai ligar à Estrada Municipal 503 em Corte Malhão e outra tinha a ver com o projeto de estrada que liga Pereiras ao IC1. -----

-----Em relação à primeira estrada que vai ligar a Corte Malhão, a mesma tem mais de vinte e cinco anos e não está pavimentada e com o tempo que já passou era suposto termos uma resposta a dar aos residentes sobre esta matéria, a resposta que foi dada pelo Senhor Presidente foi não estar prevista qualquer intervenção de pavimentação, mas que serão feitas obras de conservação necessárias, tal como acontece em relação à Estrada Municipal 1191 que é uma estrada que tem vinte anos, o traçado final não está concluído e também a pavimentação enferma dos mesmos problemas, tendo dito o Senhor Presidente que serão feitas obras de conservação necessárias. Bem, isto é, caso para se dizer: Podera que não se fizesse a conservação! -----

-----Temos que concluir que já houveram quatro quadros comunitários e nenhum Executivo do Município de Odemira conseguiu com esta disponibilidade financeira, apresentada por estes quadros comunitários, concluir estas obras, e como todos nós sabemos

depois de dois mil e catorze os quadros comunitários de apoio não contemplam financiamento para as infraestruturas rodoviárias, o que significa que as referidas estradas nunca mais serão concluídas, porque nunca há capacidade financeira no Orçamento Municipal para a sua realização e sem o apoio comunitário e sem bazucas nada se faz no nosso país. Por isso o que vai ficando para a posteridade nesta matéria, especialmente no caso da Estrada Municipal 1191 é um traçado incompleto, indemnizações resultantes de expropriações feitas que estão por liquidar a alguns proprietários, a falta de atualização das áreas dos prédios rústicos, os respetivos processos administrativos para a correção do valor do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a pagar não estão feitos nem concluídos, uma deficiente oferta de infraestruturas rodoviárias aos residentes nas localidades próximas e finalmente um enorme contributo para o aumento do abandono do interior do nosso concelho.-----

----- No que respeita à questão colocada relacionada com o setor da educação, foi perguntado em concreto ao Senhor Presidente o porquê de ter sido encerrada a Escola do Pré-Escolar em Pereiras e porque havia sido encerrada antes a sala do Primeiro Ciclo, tendo sido os respetivos alunos encaminhados para a sede do Agrupamento de Sabóia. A resposta do Senhor Presidente a esta questão deixou-me estupefacto! Quanto aos alunos do ensino Pré-Escolar disse o Senhor Presidente que os pais estrangeiros optam muitas vezes pelo ensino doméstico e que a frequência do Ensino Pré-Escolar não é obrigatória. Devo dizer que a minha estupefação perante a sua resposta não decorre da preferência dos pais pelo ensino doméstico ou da decisão de proporcionar ou não a frequência do ensino Pré-Escolar aos filhos que, de facto, não constitui uma obrigatoriedade. A minha estupefação decorre sim do facto do Senhor Presidente omitir a obrigatoriedade da oferta, essa sim é obrigatória e é uma obrigatoriedade sua à qual o Senhor Presidente não deu a devida resposta. -----

----- Senhor Presidente, vamos a factos, quando em vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois lhe coloquei esta questão fi-lo com o triplo propósito de naquele momento não o

24-02-2023

culpar da situação, porque a mesma já existia à data da sua tomada de posse e nada havia a fazer no momento para a resolver, mas sendo o final do ano letivo próximo havia mais do que tempo suficiente para corrigir as anomalias até ao início do corrente ano letivo e era expectável que pelo menos fizesse uma avaliação da situação e caso existisse alguma razão plausível para que a situação se mantivesse no presente ano letivo, havia tempo para explicar aos pais e encarregados de educação as razões, os fundamentos e a sustentação legal dessa decisão. Surpreendentemente, ou talvez não, o Senhor Presidente não só não corrigiu a situação como também não explicou aos encarregados de educação o porquê de manter e ainda porque mandou fechar uma sala de Pré-Escolar que é de oferta obrigatória e que apesar de não ter tido alunos no ano anterior, por terem sido enviados para a sede do Agrupamento, ainda constava na Rede o que constituiu, como sabe, uma grande incongruência. -----

-----Perante estes factos, o que era antes a minha estupefação, transformou-se numa enorme indignação, porque considero tratar-se de uma atitude absolutamente discriminatória em relação a outros alunos do concelho e até da própria freguesia, porque obriga os pais dos alunos que frequentam o ensino Pré-Escolar a irem todos os dias levar e buscar os filhos a Sabóia, porque não querem que os miúdos pela idade que têm e pela falta de autonomia que ainda têm, passem todos os dias uma hora de manhã e uma hora à tarde num transporte escolar. Não está salvaguardado também aqui o superior interesse dos alunos e constitui um obstáculo à integração social dos alunos num dos ciclos mais importantes para o seu desenvolvimento educativo. Deve o Senhor Presidente explicar porque “obriga” os alunos de Pereiras a percorrer todos os dias cerca de trinta e seis quilómetros, sendo que pelo menos um aluno faz todos os dias cerca de quarenta e oito quilómetros, dos quais catorze, são em terra batida, quando na Aldeia de Pereiras existe uma sala de Primeiro Ciclo e uma sala de Pré-Escolar fechadas por decisão do Executivo da Câmara Municipal. -----

-----Acresce referir que o tempo da duração do percurso desde a recolha do primeiro

aluno até ao último aluno antes de iniciar a viagem direta para a escola é feito quase na totalidade em terra batida, exatamente numa das estradas que falei há pouco e que é de aproximadamente cinquenta minutos aos quais acresce a etapa final em estrada pavimentada, numa extensão aproximadamente de doze quilómetros o que perfaz um tempo de viagem todos os dias superior a uma hora de manhã e uma hora à tarde. -----

----- Pode o Senhor Presidente continuar a exibir a existência de programas de apoio educativo para integração, protocolos assinados de combate ao insucesso escolar, porque de facto, o que sai à vista é esta situação de desconsideração para com os alunos e encarregados de educação enquanto contribuintes, numa altura em que a sociedade vai tomando consciência da situação em que se encontra o setor da educação, por força do movimento desencadeado recentemente pelos professores e outros profissionais do setor, a quem aqui saúdo pela determinação que tem demonstrado pela defesa da escola digna de todos. -----

----- Termino com três perguntas simples e diretas: Senhor Presidente pode dar-nos um horizonte temporal para a pavimentação das referidas estradas? Ou não tenciona realizar tais obras durante o seu mandato? -----

----- Tenciona o Senhor Presidente incluir no Plano de manutenção da rede viária para este mandato a reparação das deficiências há mais de dez anos no caminho municipal 1190 junto à Ponte dos Mouratos? -----

----- Vai o Senhor Presidente reabrir as salas do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo em Pereiras já no próximo ano letivo? -----

----- 3. A Senhora Ângela Oliveira, fez a seguinte intervenção: “Estou hoje aqui, acompanhada por Artur Oliveira e José Domingos, em representação da população do Monte Novo da Fataca, porque nós não somos abastecidos por água potável, normalmente utilizamos os nossos próprios poços, só que com o aumento das empresas agrícolas e os furos que construíram para a captação de água vieram acelerar o processo de seca que já se verifica de

24-02-2023

um modo geral e os nossos poços hoje em dia já não conseguem satisfazer as nossas necessidades básicas. Para vos dar um exemplo muito concreto, este verão que passou tivemos que afundar o nosso poço, ficámos vários dias sem água, tivemos que estar a dar banho aos nossos filhos com água aquecida em alguidares e a solução de afundar poços não é uma solução viável a longo prazo. -----

-----Nós elaboramos um mapa por onde a água passa na zona da Fataca até ao Malavado e das localidades que não são abastecidas e que necessitam, o mapa tem uma legenda, posteriormente o Senhor Presidente poderá consultar e perceber o que se passa, são cerca de três quilómetros e meio, onde se verifica a necessidade de água. Temos um abaixo-assinado com cento e cinco assinaturas de pessoas que são afetadas por essa necessidade e gostaríamos de ter uma resposta sobre uma solução, gostaríamos de pedir ao Senhor Presidente uma reunião com toda a população afetada para tentar encontrar uma solução que satisfizesse esta nossa necessidade básica.”-----

-----Na sequência das intervenções do público o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença dos munícipes e prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- - solidarizou-se com o processo de lutas dos professores para melhores condições de trabalho. -----

----- - relativamente ao encerramento da sala do Jardim de Infância de Pereiras, referiu que aquando do encerramento da sala, a mesma tinha apenas um aluno e que um aluno com uma educadora e uma auxiliar não proporciona o seu enriquecimento escolar. Informou ainda não ter existido nenhuma solicitação relativamente ao processo de encerramento da sala do Jardim de Infância. -----

----- - concordou com o facto de a oferta ser uma obrigatoriedade no concelho e que essa obrigatoriedade será onde existirem condições para que exista oferta de jardins de infância. -----

----- - quanto aos transportes escolares, referiu que no próximo ano letivo será feito um

trabalho aprofundado principalmente em territórios de baixa densidade, por existirem situações em que os alunos fazem viagens desnecessárias. -----

----- - informou que reabrir a Escola Básica não é da competência do município e que a reabertura do Jardim de Infância será da competência do município desde que existam solicitações e condições. -----

----- Por último, referiu não estar prevista nenhuma nova pavimentação de estradas durante o Mandato e informou ainda que para manutenções de estradas o Orçamento Municipal tem de garantir dois milhões de euros por ano. -----

----- - em relação ao assunto da Senhora Ângela Oliveira referiu que, seria agendada uma reunião com os respetivos serviços, aquando da receção do abaixo-assinado na Câmara Municipal para analisar a situação. -----

----- Não havendo mais intervenções a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal deu por encerrado este Período da Ordem de Trabalho.-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2022-----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal. Não participaram na referida votação os Membros:

24-02-2023

Marcelo Silva, Miguel Monteiro, Raquel Guerreiro, Rita Balbino, João Quaresma, José da Silva, Teresa Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, e Fátima Teixeira, por não terem estado presentes na sessão a que se reporta aquela ata. -----

-----**Ponto dois: APRECIACÃO DE EXPEDIENTE:**-----

-----Embora todos os presentes se encontrassem munidos de exemplares dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária deste Órgão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respetivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

-----Interveio a Senhora Fernanda Almeida, que fez a seguinte intervenção: “Estranho que não conste da correspondência expedida e recebida o envio do email a informar os eleitos do PSD/CDS e presumo que da Iniciativa Liberal e do Bloco de Esquerda da visita do Senhor Presidente da República no passado dia vinte e quatro de dezembro. Tive conhecimento desse acontecimento numa breve visita ao Facebook enquanto o pudim de ovos cozia e a massa da tarte de amêndoa descansava, já que era véspera de Natal. Primeiro pensei que era mesmo uma visita surpresa do Senhor Presidente da República e só do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, até pensei para comigo “este professor Marcelo não tem emenda, a quem terá ele perturbado os preparativos do Natal?”, depois apercebi-me que eu provavelmente seria a única pessoa do concelho que não sabia. Houve algum pedido especial do Senhor Presidente para que os partidos com representação na Assembleia Municipal sem Vereadores e sem Presidentes de Junta de Freguesia eleitos não tivessem conhecimento da visita? Ou será que vamos receber o email em junho por problemas do servidor do Município, tal e qual como o servidor do Ministério da Defesa? Ou considerou-se que não valia a pena? É que quando o Senhor primeiro-ministro veio cá, aí fomos chamados. Provavelmente ficamos à espera de que o email chegue.”

-----Interveio o Senhor Nuno Góis que referiu o seguinte: “É apenas para dar uma pequena nota, porque a deputada Fernanda disse que o PSD/CDS, a Iniciativa Liberal e o Bloco

de Esquerda não sabiam e deu a entender que a C.D.U. e o P.S. saberiam de tudo. A C.D.U. também não recebeu convite nenhum, os Vereadores souberam e os Presidentes de Junta de Freguesia também, mas formalmente a C.D.U. também não recebeu a informação”. -----

----- Interveio o Senhor Miguel Monteiro que referiu o seguinte: “É para dar nota também que os deputados do P.S. também não foram informados via email.” -----

----- Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, esclareceu que o Senhor Presidente da República o tinha contactado e questionado sobre o que achava se viesse fazer uma visita surpresa a Odemira e que a visita tinha de ser surpresa. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária. -----

----- **Ponto Quatro:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- a) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJO EM 2022: Foi presente o email enviado no dia vinte e seis de janeiro do corrente ano pela Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira (CPCJ de Odemira), referente ao assunto em epígrafe, o qual ficará arquivado no maço de documentos desta reunião. O Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Odemira, relativo ao ano de dois mil e vinte e dois, foi apresentado pela Senhora Presidente da referida Comissão, Ana Correia.-----

----- Interveio a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal que agradeceu a apresentação efetuada, bem como o trabalho desenvolvido em prol das crianças e das respetivas famílias.- -----

----- Interveio a Senhora Fernanda Almeida que fez a seguinte intervenção: “Eu queria agradecer o trabalho da Ana e de toda a equipa. Eu também já fui membro da Comissão Alargada da CPCJO. É um trabalho de voluntariado e que eu acho que deveria haver mesmo

uma equipa de profissionais que fizesse o trabalho de “campo”, não demitindo a comunidade de participar na comissão, mas o trabalho de acompanhamento necessita de pessoas e a Lei quase se baseia só na boa vontade, e instruir estes processos deve demorar muito tempo. Queria perguntar à Ana se é fácil as pessoas virem cá ter e se tem facilidades nos transportes.” -----

-----Interveio a Senhora Presidente da CPCJO, Ana Correia, que em relação à questão colocada pela Senhora Fernanda Almeida fez a seguinte intervenção: “Em termos de transportes sabemos os transportes que temos no concelho e quando sabemos que as pessoas são de fora e não tem transporte tentamos marcar o atendimento logo para a parte da manhã para aproveitarmos os transportes escolares e poderem ir para casa à hora de almoço, ou então quando é de todo impossível vamos nós à casa das pessoas. É difícil e demora tudo muito tempo. Eu nem vos sei dizer, nem explicar! Há pessoas que trabalham muito mais horas, porque se não as coisas não andavam.” -----

-----Interveio o Senhor Marcelo Silva que fez a seguinte intervenção: “Queria agradecer a apresentação à Senhora Presidente da CPCJO do relatório de trabalho que merece não só o reconhecimento desta Assembleia pela sensibilidade do tema e pela relevância do tema, mas também pelas condições em que o desempenham, cujos os constrangimentos nos transmitiu e que até já tivemos a oportunidade de debater o ano passado, quando tivemos alguma dificuldade em indicar um cidadão para integrar a comissão restrita. Eu tenho algumas questões que surgiram durante a leitura do relatório. -----

-----Uma delas tem haver com a ausência de um espaço físico adaptado com condições adaptadas para a audição da criança, e gostava de perguntar que constrangimentos é que isso cria, se existe forma de ser ultrapassado e quais são as necessidades para colmatar essa falha. --

-----Depois, esta Assembleia constituiu um Grupo de Trabalho Temático para a Saúde e nas nossas discussões este tema ainda não tinha surgido, mas apercebi-me ao longo do relatório que existem algumas dificuldades relacionadas com a saúde. Em primeiro lugar é interessante

perceber que as instituições de saúde não surgem como entidades sinalizadoras, isto causou-me alguma surpresa, depois apercebi-me que existem alguns constrangimentos nos pedidos de informação às instituições, nomeadamente na obtenção de respostas que ou não aparecem ou que demoram muito tempo a aparecer. Que constrangimentos e que consequências é que isto tem? -----

----- Por último, relativamente à intervenção a ausência de resposta de saúde mental infante/juvenil, caso exista essa necessidade, onde é que estas crianças e jovens encontram resposta? Para onde são encaminhados?” -----

----- Interveio a Senhora Presidente da CPCJO, Ana Correia, que em relação às questões colocadas pelo Senhor Marcelo Silva fez a seguinte intervenção: “Em relação às condições adaptadas para a audição da criança, as condições indicadas seriam um ambiente próprio, calmo e confortável. O Município é que nos dá apoio com uma técnica administrativa, instalações, apoio logístico, informático, transportes e não posso dizer que as nossas instalações são más e são poucas as Comissões no país que tem essas instalações ideais. Para ouvir um jovem de catorze anos não me faz diferença ser numa sala como nós temos para atendimentos e também não tem sido grande constrangimento para falar com crianças de três ou quatro anos.-

----- As instituições de saúde não são sinalizadoras, mas trabalhamos muito em articulação e as coisas acabam por funcionar. Eles também têm um núcleo de apoio a crianças e jovens em risco e acabam por tratar muitas das situações de risco ao nível da saúde. -----

----- Ainda não percebi bem porque é que as informações da saúde não chegam, eu acho que fazem um circuito muito grande e às vezes o que nos incomoda é estarmos no período de avaliação diagnóstica e era importante saber se as crianças costumam ir às consultas de rotina, como é que se apresentam, se tem tido doenças ou não, qual é a preocupação dos pais, se tem sinais de maus tratos e isso num período de avaliação para sabermos se podemos arquivar o processo ou se temos de aplicar uma medida era importante saber.-----

24-02-2023

-----Nós temos uma Pedopsiquiatra no distrito de Beja para todos os meninos com problemas psiquiátricos e é um problema grave, era mesmo fundamental recursos de saúde mental para crianças e jovens no concelho ou mais que uma Pedopsiquiatra no distrito de Beja.” -----

-----Não havendo mais intervenções sobre este assunto, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal reiterou os agradecimentos já efetuados à Senhora Presidente da CPCJ de Odemira pela participação nesta reunião.-----

-----Foi presente o Ofício GDGAO – 2462, datado de vinte e dois de fevereiro do corrente ano, remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, referente à “Proposta para uma Cooperação de Melhoria da Qualidade de Vida em Odemira”. Face à extrema importância do documento em causa, a Primeira Secretária da Assembleia Municipal colocou o mesmo à apreciação da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor Miguel Monteiro, fez a seguinte intervenção: “Fomos presenteados com este documento, uma tomada de posição da Câmara Municipal de Odemira que achamos que devemos começar já por congratular esta tomada de posição. Efetivamente, depois de lermos com alguma atenção conseguimos perceber várias temáticas que são aqui abordadas, já passaram aqui por esta Assembleia Municipal, já foram debatidas por nós e até já foram alvo de algumas moções, grande parte delas sem resposta das entidades competentes, no entanto, esperemos que esta tomada de posição tenha efetivamente mais respostas do que aquelas que tivemos no passado e, portanto, a nossa intervenção aqui vai no sentido de congratular esta tomada de posição, principalmente pelo seu carácter estruturado e pelo seu plano de ação, mas também porque nos parece que este pode ser um caminho o cerne de uma discussão, ao qual nós achamos que a Assembleia Municipal deveria ter mais intervenção e mais impacto. Por isso, achávamos que fazia todo o sentido que a Assembleia Municipal de Odemira ,de forma

unanime, pudesse mostrar aqui o seu total apoio nesta tomada de posição e, portanto, para além de acharmos que isto é um documento que merece a nossa discussão e o nosso entendimento e a nossa cooperação, achamos e lançamos este desafio também aos restantes deputados municipais que pudesse-mos aqui articular uma forma de associar o apoio da Assembleia Municipal aquilo que é a tomada de posição da Câmara Municipal.”-----

----- O Senhor João Quarema, fez a seguinte intervenção: “Desde já faço aqui uma nota prévia para as condições de trabalho da Assembleia Municipal, para as quais tenho vindo a chamar à atenção, já ouvi nos corredores uma boa notícia e parece que vai mudar para breve. Sobre este documento, aquilo que eu gostava de ressaltar, que pela leitura que fiz, consigo depreender que isto é no fundo uma compilação de problemas já identificados nos últimos anos e que pretende uma abordagem compreensiva por parte não daquilo que são as possibilidades do Município, mas o envolvimento de uma série de Ministérios competentes, aliás como está previsto na Lei. Nós sabemos que por, exemplo no Perímetro de Rega do Mira, o Ministério da Agricultura tem uma responsabilidade a qual o Município não pode contrariar diretamente, nesse sentido acho que o reconhecimento e compilação dos problemas identificados tem a sua importância e se a minha bancada me permitir falar em nome dela, acho que devemos cooperar nesse sentido de união e de força, porque já tivemos este tipo de lutas no passado de nos juntarmos para pressionar o Poder Central para nos auxiliar a resolver os problemas que encontramos no território. Parece-me um bom caminho, uma vez que faz uma lista simpática e fácil de digerir de todos os problemas e nós estamos disponíveis obviamente para cooperar.”----

-----O Senhor Manuel Serralha, fez a seguinte intervenção: “Ao ler este documento, tenho algumas notas e comentários a fazer. Transformação económica por consequência do crescimento demográfico é o que podemos ler no documento, mas o que vemos na realidade é transformação para pior por este crescimento demográfico desmedido e desregrado: -----

----- - Vemos pessoas, sim pessoas, com dignidade, com valores, estrangeiros, mas tão

24-02-2023

importantes como nós, a viver sem condições. -----

----- - Vemos magotes de pessoas, sim pessoas, desempregadas, perdidas, sem norte. -----

----- - Vemos São Teotónio ou Vila Nova de Milfontes repletas de pessoas a não fazer nada. Vemos o Centro Comercial de Milfontes repleto de pessoas. Há realmente lá muitos negócios, mas haverá transformação económica? -----

----- - Vemos o concelho sem água, sem sustentabilidade, a gastar todos os recursos com esta transformação, destruindo o futuro de quem queira cá viver. -----

----- - Vemos duzentos e vinte milhões de euros anuais de exportações em dois mil e vinte e um à custa das vidas de quem? Daqueles que vivem cá sem condições. -----

----- O dinheiro não é tudo Senhor Presidente e nós exigimos mais fiscalização, exigimos que as condições de saúde básicas sejam repostas, exigimos que as pessoas, seja de que nacionalidade forem, vivam com dignidade e direitos, exigimos que a Câmara Municipal de Odemira proteja as suas populações. Vimos uma cidadã representativa de tantas outras a dirigir-se a esta Assembleia há meses, vinda diretamente do Centro Comercial e após essa visita, nada mudou. Fecham-se os olhos à realidade, ninguém quer saber. -----

----- Os duzentos e vinte milhões de euros são importantes, mas a vida e dignidade das pessoas não tem valor é incalculável. Não olhe só para a dinheiro Senhor Presidente, resolva a vida das pessoas que nada tem e que lutam por melhores vidas. -----

----- Exigimos mais fiscalização, exigimos que a Câmara de Odemira promova reuniões com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e que garanta maior presença desta Instituição aqui em Odemira. -----

----- Sobre habitação, Senhor Presidente, o que pretende fazer? Não há resposta Senhor Presidente. As pessoas não têm opção, não há resposta da Câmara, vemos cada vez mais pessoas a viverem no concelho, amontoados, sem condições, porque podem, porque não há fiscalização. -----

----- Porque é que qualquer pessoa aqui no concelho que abra um negócio terá centenas de visitas da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Finanças e qualquer outro tipo de Instituição Governamental? Porque é que outras centenas de lojas espalhadas pelo concelho, nas quais trabalham dez/vinte pessoas, nas quais as condições de salubridade não são verificadas e nas quais, mesmo assim, não há um mínimo de fiscalização. -----

----- Exigimos justiça! Não pode haver justiça para uns e injustiça para outros. Odemira é um dos poucos concelhos do país ainda em seca, ainda que moderada, em janeiro! Não é normal. É preciso regulação, é preciso que a Câmara faça o seu trabalho. Se estamos em seca em janeiro como estaremos em agosto? O que é que a Câmara esta a planear para resolver esta situação? O que faremos quando tivermos todos os turistas reunidos no concelho? -----

----- Falando de turismo, o que espera do turismo este ano? Espera a mesma influência do turismo na economia do concelho? -----

----- O que deverão esperar as pessoas que tanto investiram para ter os seus negócios? O que deverão esperar as pessoas que tem turismos locais? Qual é a resposta do concelho? -----

----- Senhor Presidente, não é razoável. As pessoas vão sair do concelho porque o concelho não é sustentável. Ao ler esta proposta de melhoria de qualidade de vida em Odemira, aquilo que fica é uma sensação de tristeza, por saber que tanto poderia ter sido feito há tanto tempo e que tantas vidas poderiam ter tido a dignidade correta. Aquilo que fica é uma sensação de desnorte, de ser preciso chegar a um nível extremo para se fazer alguma coisa. É uma pena Senhor Presidente.” -----

-----A Senhora Fernanda Almeida, fez a seguinte intervenção: “Queria pedir um esclarecimento, no documento na página sete no ponto cinco está referido: “Entende-se que aproveitando a parceria constituída no GPM, deve ser apoiada a preensão da Câmara Municipal de Odemira na criação do projeto piloto experimental para o licenciamento de toda a atividade

24-02-2023

em espaço rural (agricultura incluída) passem pelos serviços locais da autarquia”, gostava que me esclarecesse o que é isto, porque atividade em espaço rural pode ser muita coisa.-----

-----Outra questão, a Câmara Municipal de Odemira tem os meios adequados para levar o projeto piloto para a frente?” -----

-----Interveio o Senhor Francisco Lampreia, que fez a seguinte intervenção: “Queria congratular em primeiro lugar a posição tomada pela Câmara Municipal e revejo-me no geral do documento, no entanto eu gostava de deixar aqui mais uma vez uma posição e vou insistir nisto as vezes que forem necessárias, porque eu acho que não se responde aqui a uma questão fundamental, enquanto não for mudada esta Lei da imigração o problema não vai parar, podemos aumentar serviços públicos, podemos aumentar a habitação, podemos aumentar uma série de coisas que não vamos resolver o problema de fundo, nunca vai haver condições para receber tanta gente como aquela que está interessada em vir para cá, é uma realidade e estamos a ver população que vem de países com mais de dois mil milhões de habitantes que vivem numa miséria enorme e querem vir para a Europa e se tiverem sempre aqui uma porta aberta sem qualquer controlo e sem uma lógica de imigração digamos assim arriscamo-nos a criar condições mas nunca a resolver o problema, porque o problema de fundo é este, até que ponto é que faz sentido nós termos a porta aberta a países com dois mil milhões de habitantes, servirmos como porta de entrada, uma quantidade enorme de pessoas que vão continuar a vir e nós vamos continuar a ter problemas graves ao nível da habitação, ao nível da falta de serviços públicos, ao nível do nosso ambiente social.-----

----- Relativamente ao turismo, esse problema já se sente muito em Vila Nova de Milfontes e vai continuar a sentir-se se as coisas não mudarem e eu gostava de deixar isto aqui muito claro da minha parte, acho que é muito importante que a Lei da imigração seja mudada.” -----

-----O Senhor João Quaresma, fez a seguinte intervenção: “Relativamente à questão da imigração é reconhecido neste documento que este fluxo migratório que o território tem sido

alvo, pode de facto suscitar atitudes de xenofobia e eu acho que a questão da imigração tem que ser vista e sobretudo abordada com uma retórica muito cuidadosa, porquê? -----

-----Nós, não nos podemos esquecer da questão monetária e quando falo da questão monetária é a receita que advém destes fluxos migratórios, por exemplo para os cofres da Segurança Social, geralmente quem é bom defensor das contas e do estado sustentável, da Segurança Social sustentável e se pronuncia a favor da restrição das migrações não percebe que talvez o nosso Estado faz disto um negócio, não sei se é intencional ou não, mas que a receita é proveniente. Imaginemos que temos as tais lojas de que se fala muito, que estão sempre vazias, mas que tem centenas de empregados, existem regras para o número de empregados que um determinado negócio pode ter, mas também existem vazios legais que são explorados para se poder contratar mais pessoas, mas esses contratos fictícios ou não tem de pagar Segurança Social e existe uma receita permanente a ser encaixada desse fluxo. Mas o que se passa aqui é que temos lojas abertas em Portugal e não só, passa-se por toda a Europa, que vendem legalizações, portanto, cobram quantias avultadas às pessoas nas suas proveniências e depois vem para cá, arranjam contratos de trabalho aquilo que facilita de forma significativa a legalização e o processo decorre assim. Muitos depois circulam para outras paragens, mas isto é só uma questão de encaixe monetário até para o nosso país. Às vezes é preciso perceber onde é que está o equilíbrio, como é que se pode encontrar o equilíbrio, como é que se pode controlar sem recorrer à discriminação, porque quando se resvala para uma retórica de segregação e isto já se verifica muito nas redes sociais.” -----

-----A Senhora Fátima Teixeira, fez a seguinte intervenção: “O Bloco de Esquerda de facto espanta-se porque é que demorou tanto tempo ao Município esta tomada de posição, porque não foi decerto por falta de aviso ou de alertas para chegarmos ao estado em que estamos e, de facto, perguntamos porque é que não foi logo despoletado aquando da Resolução de Conselho de Ministros número cento e setenta e nove de dois mil e dezanove, ainda não estávamos tão

mal como estamos agora, é verdade. No entanto, isto vem em contradição com a recente conferência que teve lugar nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de janeiro “Propostas locais Desafios Globais”, e portanto, ainda não temos imigração que chegue, porque nesta conferência ouvimos falar da boca do Senhor Luís Mesquita Dias que de facto têm falta de mão de obra e portanto há aqui uma planificação que não está a ser feita ou um aproveitamento dos recursos humanos que urge fazer, porque não temos falta de mão de obra, os trabalhadores sazonais são cinquenta e cinco por cento dos dez mil dos que o Senhor Luís Mesquita Dias apontou e portanto, é uma equação complexa. As partes não estão a conversar, não se põe um travão e nem se questiona que tipo de agricultura é que está a ser feita, e, portanto, há muitas questões que o documento não aborda muito bem. Fala dos duzentos e vinte milhões de euros de exportações, mas não fala dos impactos ambientais, sociais, económicos para a região.” -----

-----O Senhor Miguel Monteiro, fez a seguinte intervenção: “Queria reforçar aquilo que foi a proposta do Partido Socialista, para que fosse efetuado um apoio por parte da Assembleia Municipal de apoio a esta tomada de posição da Câmara Municipal e, portanto, era também importante perceber das outras bancadas nomeadamente do PSD/CDS, Bloco de Esquerda e Iniciativa Liberal se estão connosco nesta tomada de posição ou não. E só reforçar duas ou três coisas que me foram ficando no ouvido, esta questão do porque é que não se fez antes, lembrou que esta Assembleia tem feito isto, em resposta também à intervenção do Bloco de Esquerda, esta Assembleia fez uma Assembleia Municipal temática, tivemos inúmeras moções, temos estado presentes em cima disto e agora o que nós vimos enaltecer e congratular é a forma estruturada como vem um documento, após contacto também com entidades responsáveis e que pode trazer o desencadear de alguns processos.-----

----- Depois, relativamente à questão colocada pelo deputado Manuel Serralha, perceber efetivamente qual é a vossa posição relativamente a esta tomada de posição, porque faria todo o sentido termos uma posição unanime e não só de maioria. E depois no fundo é complementar a

questão da tomada de posição que é efetivamente os problemas que temos identificado e conseguimos facilmente fazer uma líria bonita dos problemas que estão identificados, mas nós agora procuramos é soluções e parece-me que esta tomada de posição nos leva a esse caminho, leva-nos às pessoas certas com os problemas certos. Portanto, volto a reforçar aqui e talvez propor à Mesa da Assembleia Municipal que se pudesse por à votação uma declaração de apoio desta Assembleia Municipal a esta tomada de posição.” -----

-----Interveio o Senhor Manuel Serralha que referiu: “Eu concordo a cem por cento com o deputado João Quaresma, não devemos discriminar e há varias formas que nos possibilitam, não discriminar. Em primeiro lugar, se todos os negócios tiverem fiscalização justa e adequada é uma boa maneira de não discriminar; em segundo lugar, se todas as casas tiverem condições de salubridade, se todos os concelhos tiverem acesso à água, se todos os espaços tiverem que ter as mesmas regras. Eu pergunto ao Senhor Presidente e à bancada do Partido Socialista se sabem quanto é uma multa do ACT por falta dos horários dos colaboradores? Um negócio que não tenha os horários dos colaboradores leva uma multa do ACT. Quanto será uma multa do ACT por falta do mapa de férias dos colaboradores? Quanto é uma multa da ASAE por ter apenas um produto no chão, em vez de estar numa palete de plástico? Isto são pequenos exemplos de que não devemos discriminar os outros, devemos ter todos as mesmas regras e todos devem seguir as mesmas regras. Portugal é um país historicamente ligado a várias culturas, até vos posso dizer que neste momento há mesmo portugueses espalhados pelo mundo que estão a ser discriminado por serem portugueses. Isto sim é discriminação! Aqui o que se está a falar é do básico, é de todos terem as mesmas condições. Portugal tem ferramentas muito boas como o ACT, a ASAE, o SEF que servem para regular a nossa sociedade e não é razoável que por exemplo, e eu espero não estar enganado, só haja quatro agentes do SEF no distrito de Beja e nenhum esteja aqui em Odemira, com tanta gente, com tantas nacionalidades, com tanto crescimento demográfico, pelo menos um agente do SEF em Odemira para regular e ajudar a

24-02-2023

resolver as situações.-----

----- Portanto, em resposta ao deputado Miguel, eu também sou capaz de desenhar um plano que acabe com a pobreza no mundo, agora vamos é por esse plano em prática, se este plano vai fazer sentido e se vai de facto colmatar aquilo que é preciso. Agora esta discussão é essencial, esta discussão é essencial antes sequer de votar alguma coisa. E não vamos apressar as coisas, é preciso ter esta discussão, porque é um problema que afeta a vida das pessoas há anos e não é agora num documento com meia dúzia de páginas que vamos resolver todos os problemas do concelho.” -----

-----Interveio a Senhora Fernanda Almeida que referiu o seguinte: “Obviamente que não está em causa a pertinência do documento, poderá ter vindo tarde, mas veio, mas também não o vamos aceitar sem o discutir e esclarecer as dúvidas e é isso que se trata aqui. Provavelmente, quem elaborou o documento está dentro dele e não tem dúvidas, portanto esclarecer as dúvidas para que as coisas fiquem mais ou menos claras. Respondendo ao deputado Miguel Monteiro, obviamente que vamos subscrever o documento, mas antes de votarmos gostamos de ver as coisas bem esclarecidas.” -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o processo de redação e elaboração da proposta de colaboração com o Governo partiu de um diálogo prévio com o Governo e informou ter sido decidido no início do mandato haver uma discussão franca e frontal com os diferentes ministérios, no sentido de se perceber o posicionamento dos mesmos sobre as matérias em questão, qual a disponibilidade e a capacidade dos mesmos tendo em conta as necessidades do território de forma a chegar a um ponto de encontro entre preocupações do território, mas também ouvir as próprias preocupações ou lacunas que o Governo tem em relação a algumas matérias. Referiu ainda, existirem questões no documento que eventualmente poderiam ser de difícil alcance. -----

----- - referiu que o que aconteceu na última década e meia no concelho de Odemira foi

uma revolução completa, uma transformação social e económica. E tendo sido essa transformação apenas numa década e meia, era muito complicado que qualquer território do país estivesse preparado e que a solução para o problema não será fechar fronteiras. -----

----- - informou ser necessário fazer um trabalho de ajustamento do ecossistema todo que é a comunidade odemirense. Informou ainda ter sido realizada uma reunião com todos os serviços públicos que tem ação sobre as matérias em questão e que ainda não existem recursos humanos no território para a realização do trabalho de fiscalização com persistência/abrangência que sejam significativos do ponto de vista da resolução dos problemas. -----

----- - quanto ao Perímetro de Rega do Mira, referiu que a posição da Câmara Municipal é no sentido de redução da área. -----

----- - informou que o turismo cresceu no concelho de Odemira durante a década e meia e que apresenta os melhores indicadores de estadia de taxa de ocupação, do país em termos de turismo. -----

----- - quanto à questão colocada pela Senhora Fernanda Almeida, referiu que a reivindicação relativamente à Resolução do Conselho de Ministros é uma das questões mais relevantes do ponto de vista do território, porque a Câmara Municipal tem responsabilidades relativas aos espaços urbanos e que o que acontece no espaço rural que a Câmara Municipal não controla, nem regula, tem um impacto muito grande e, caso não seja regulado, nem controlado, não há forma de se prever.-----

-----Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou por consenso apoiar a Proposta em causa aprovada na Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia dezasseis de fevereiro do corrente ano.-----

----- A eleita pelo Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Declaração de Voto Verbal:
“Obviamente que o Bloco de Esquerda também se associa à aprovação desta proposta, no

24-02-2023

entanto sugerimos a inclusão de um parágrafo de cooperação com o Ministério da Agricultura para que haja um olhar para a realidade que temos atualmente neste território”. -----

-----Os eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira apresentaram a seguinte Declaração de Voto Verbal: “Nós também concordamos com a proposta que foi feita, mas fazemos aqui uma nota importante que é: Nós gostaríamos que o Executivo fosse dando mais novidades acerca dos desenvolvimentos destes trabalhos de forma regular, podemos combinar aqui uma regularidade, diria quinzenalmente ou mensalmente, porque é um tópico de facto muito importante.-----

-----Gostaríamos também de saber se há um prazo definitivo para a resolução deste problema, ou seja, nós sabemos que não depende do Executivo e que também depende dos Ministérios, das entidades aqui à volta, mas pelo menos que nos deem uma data prevista, se é um ano se é dois, se é seis meses se é dois meses, é o que for. Também gostaríamos de ter conhecimento de todas as reuniões que forem feitas de forma a podermos não só participar e contribuir se fizer sentido, mas também de saber que estão a acontecer.”-----

-----Interveio o Senhor Francisco Lampreia que referiu o seguinte: “Eu só gostava de propor ao Município se fosse possível, já solicitei isto várias vezes a várias entidades que nos visitaram e eu acho que se continua a não se olhar para a situação que nós vivemos aqui em algumas freguesias do concelho em particular São Teotónio, Longueira/Almograve e Vila Nova de Milfontes. Em Vila Nova de Milfontes a população era trinta e sete por cento imigrante, agora penso que seja cinquenta por cento, pela quantidade de atestados de residência que continuamos a passar de uma forma impressionante e um dia destes ouvi na rádio um especialista a falar em quinze por cento de população imigrante, com uma cultura muito diferente da local. Nós temos cinquenta por cento e portanto, eu acho que era importante que alguém se pronunciasse sobre isto e alguém que ponha olhos nisto, porque temos um problema social grave e é preciso abordar como é que se resolve.” -----

----- Seguidamente, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal interrompeu a reunião para um intervalo de quinze minutos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- Face à urgência da deliberação nesta reunião, dos pontos um a três do Período da Ordem do Dia, foi deliberado por consenso proceder de imediato à apreciação dos referidos assuntos. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2023: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -----

----- “5 - 2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2023 -----

----- Foi presente a informação n.º 1110-202, datada de 13 de fevereiro de 2023, da Divisão Financeira e Contratação Pública, a apresentar a 2ª Alteração Orçamental: 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresenta os seguintes valores: -----

----- Orçamento da Receita: -----

----- Inscrições/reforços: 10.477.826,10€ (Dez milhões quatrocentos e setenta e sete mil oitocentos e vinte e seis euros e dez cêntimos); -----

----- Diminuições/anulações: 8.514.000,00€ (Oito milhões quinhentos e catorze mil euros). -----

----- Orçamento da Despesa: -----

----- Inscrições/reforços: 1.963.826,10€ (Um milhão novecentos e sessenta e três mil oitocentos e vinte e seis euros e dez cêntimos). -----

----- Plano de Atividades Municipal: -----

24-02-2023

----- Inscrições/reforços: 749.200,00€ (Setecentos e quarenta e nove mil e duzentos euros); -----

----- Diminuições/anulações: 10.000,00€ (Dez mil euros). -----

----- Plano Plurianual de Investimentos: -----

----- Inscrições/reforços: 1.169.000,00€ (Um milhão cento e sessenta e nove mil euros). --

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos, bem como a remessa do assunto à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. -----

----- Apreciado o assunto, foi aprovado, por maioria com os votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e os votos contra dos eleitos da Coligação Democrática Unitária.” -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, uma abstenção da eleita pelo Bloco de Esquerda e uma abstenção da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

-----Seguidamente, a Senhora Secretária da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes o prolongamento da reunião por mais trinta minutos, nos termos do número cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, tendo sido aprovado por consenso. -----

-----**Ponto dois:** ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA – GESTÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -----

-----“1 - ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA -GESTÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO -MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-----

----- Foi presente a Informação n.º 222-2023, datada de 2023/01/11, proveniente do Gabinete de Apoio ao Presidente, na qual consta que no âmbito do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, os municípios podem assumir a gestão de bens imóveis, rústicos ou urbanos, sem atividade, devolutos ou abandonados, pelo que o Município de Odemira manifestou o seu interesse junto da Direção-geral de Tesouro e Finanças e do Ministério da Educação no património imobiliário listado, nomeadamente a antiga Residência de Estudantes de Odemira. -----

----- Consta ainda da supracitada informação que o processo teve o acolhimento por parte das entidades acima referidas, tendo sido autorizada a sua gestão pelo período de 50 anos, mediante um projeto de valorização patrimonial. -----

----- O Município de Odemira compromete-se a realizar o investimento necessário para criar uma resposta de alojamento aos profissionais de saúde, forças de segurança, professores e demais trabalhadores da função pública. Esta solução de alojamento constitui-se como uma resposta temporária para profissionais que se encontram deslocados ou que se encontrem em período de transição para fixação de residência no concelho de Odemira. -----

----- Face ao exposto, propõe-se nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar as minutas de Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018 de 29 novembro, entre o Estado Português e o Município de Odemira para a gestão da antiga Residência de Estudantes de Odemira e, bem assim, aprovar remeter o assunto para efeitos de autorização à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Propõe-se para apreciação e deliberação, e posterior remessa à Assembleia Municipal para o mesmo efeito. -----

24-02-2023

-----Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.” -----

-----Interveio a Senhora Fernanda Almeida para questionar se havia alguma previsão para quando o espaço ficaria disponível, qual seria a capacidade de alojamento e se seria definido um protocolo de acesso. -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu iria ser elaborado um Regulamento. Disse ainda que não seria possível indicar um prazo, porque o imóvel ainda seria objeto de avaliação técnica para a realização do projeto, mas gostaria que o equipamento fosse objeto de obra durante o Mandato. -----

-----Interveio a Senhora Fátima Teixeira para questionar qual seria o período de fixação temporário previsto. -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu ser um assunto ainda a discutir e que terá naturalmente contributos da Assembleia Municipal. -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor da eleita pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto três:** ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA – GESTÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (ICNF): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -----

-----“2 - ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA -GESTÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO – ICNF -----

-----Foi presente a Informação nº 214-2023, datada de 2023/01/11, proveniente do

Gabinete de Apoio ao Presidente, na qual consta que no âmbito do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, em que os municípios podem assumir a gestão de bens imóveis, rústicos ou urbanos, sem atividade, devolutos ou abandonados, pelo que o Município de Odemira manifestou o seu interesse junto da Direção-geral de Tesouro e Finanças e do Ministério do Ambiente e Ação Climática num conjunto de património imobiliário não listado, nomeadamente 5 antigas Casas de Função da Sede do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) na Vila de Odemira e 1 Armazém no Cais da Branca, na freguesia de São Luís. -----

----- Consta ainda da supracitada informação que o processo teve o acolhimento por parte das entidades acima referidas, tendo sido autorizada a sua gestão pelo período de 50 anos, mediante um projeto de valorização patrimonial. -----

----- O Município de Odemira se compromete a realizar o investimento necessário para a reabilitação destes imóveis, afetando as 5 antigas Casas de Função do PNSACV à oferta de habitação em regime de arrendamento acessível ou apoiado no âmbito da Estratégia Local de Habitação de Odemira e o antigo Armazém do Cais da Casa Branca a um polo para o desenvolvimento de um conjunto de ações e projetos que visem projetar e salvaguardar um dos principais ecossistemas do concelho, o Rio Mira; -----

----- Face ao exposto, propõe-se nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que delibere aprovar as minutas de Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018 de 29 novembro, entre o Estado Português e o Município de Odemira para a gestão das 5 antigas Casas de Função do PNSACV e do Armazém do Cais da Casa Branca e, bem assim, aprovar de remeter o assunto para efeitos de autorização à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

24-02-2023

-----Apreciado o assunto, foi aprovado por unanimidade.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor da eleita pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----A eleita pelo Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Declaração de Voto Verbal:
“Concordamos obviamente com as respostas de alojamento, com as cinco casas do Parque, mas em relação ao Centro Interpretativo da Casa Branca, pensamos que isto é retirar responsabilidades do Ministério do Ambiente e da Ação Climática e as funções do ICNF e não é de facto com a reconstrução de um edifício que se salvaguarda o Rio Mira na nossa opinião”.

-----Esgotando-se o prazo horário (uma hora e trinta minutos) estabelecido nos números quatro e cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, sem que estivessem deliberados todos os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal informou que será a presente sessão ordinária prolongada para uma segunda reunião, nos termos do artigo quadragésimo sexto, conjugado com o artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que se realizará no dia três de março, conforme constava na respetiva convocatória, onde será dada continuidade ao tratamento dos assuntos constantes no Período Antes da Ordem do Dia e ao tratamento dos assuntos agendados no Período da Ordem do Dia, ou seja desde o ponto número quatro ao número vinte. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e

cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por consenso.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião era uma hora e trinta e nove minutos do dia vinte e seis de fevereiro do corrente ano. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal e pelo Segundo Secretário. -----

-----A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----